

Notas Explicativas

01. Contexto Operacional

O presente relatório tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados pelo Governo do Estado do Ceará, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Cid Ferreira Gomes, durante o exercício de 2013, em função das ações governamentais desenvolvidas, tomando por base as informações contábeis contidas no seu Balanço Geral.

Essas informações foram extraídas do Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR que, contempla os atos e fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Estadual, sempre em observância aos Princípios de Contabilidade e, de forma gradativa, às novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

O S2GPR é gerenciado pela Secretaria da Fazenda, através da Coordenadoria do Tesouro Estadual - COTES e da Coordenadoria de Gestão Financeira - COGEF que, por sua vez, vêm cumprindo as determinações das legislações financeira, orçamentária e fiscal, e demonstrando a transparência de seus atos através da divulgação periódica de relatórios das execuções da Receita e Despesa Orçamentárias.

O Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR foi implantado no exercício de 2012, de ordem do Excelentíssimo Senhor Governador Cid Ferreira Gomes, sendo o Ceará o primeiro Estado a assumir as responsabilidades inerentes a este desafio, cuja obrigatoriedade que exige a União está prevista somente para 2015.

Importante ressaltar que a própria instabilidade dos ditames da Secretaria do Tesouro Nacional - STN que, não poucas vezes mudou a orientação para vários novos procedimentos, gerou a necessidade de estudos para o domínio da técnica contábil e retrabalho para as equipes de Tecnologia da Informação e de Contabilidade.

O Governo do Ceará também implantou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e colocou em prática, de forma parcial, as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, dando um passo importante no processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IPSAS).

As Células de Contadoria da Administração Direta e Indireta, CECAD e CECAI, respectivamente, vinculadas à COTES, coordenam e acompanham as execuções orçamentária, financeira, contábil e patrimonial de 33 órgãos integrantes da Administração Direta, incluindo todos os Poderes e o Ministério Público, 13 Autarquias, 7 Fundações, 27 Fundos Especiais, 2 Empresas Públicas, 11 Sociedades de Economia Mista e mais 34 unidades descentralizadas.

Dois órgãos da Administração Indireta não apresentaram as demonstrações na sua integridade: O Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS e o Fundo de Incentivo a Energia Solar do Estado do Ceará - FIES, sendo que ambos tiveram apenas o orçamento publicado.

Foi consignado na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2013 para o Fundo de Desenvolvimento de Defesa Agropecuária - FUNDEAGRO o valor de R\$ 200.000,00. Porém, não foi contabilizado no S2GPR em virtude do seu Código Orçamentário ter sido gerado com o nº de um Fundo Estadual extinto. Portanto, nos demonstrativos que apresentam a Previsão inicial da Receita e a Fixação da Despesa, no Sistema Contábil, encontra-se menor o valor do orçamento do referido Fundo.

Dentre os órgãos da Administração Indireta, 04 empresas são consideradas dependentes e se enquadram na definição do inciso III, do art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quais sejam: Companhia de Habitação do Ceará - COHAB, Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará - EMATERCE, Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE e a Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE. Em atendimento à Portaria nº 589/STN, de 27/12/01, estas estatais operacionalizaram suas execuções orçamentárias no Sistema Integrado de Contabilidade - SIC, de 2002 a 2011 e, a partir do exercício de 2012, passaram a executar no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, sem prejuízo da Lei 6.404/76.

02. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Balanço Geral do Estado foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da administração pública, com as leis de finanças e orçamento público e com as normas e princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”.

A execução orçamentária do Estado do Ceará apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF Nº 688, de 14.10.2005. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

Quando da apropriação da obrigação em vigor em um órgão ocorre uma despesa intra-orçamentária que, no momento do recebimento em outro órgão, registra-se uma receita intra-orçamentária.

Considerando este grande desafio e tendo como base os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2013, através das portarias STN nº 437 de 12.07.12 e 637, de 18.12.12, que aprovaram a 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, respectivamente. O Estado do Ceará, apresenta suas demonstrações contábeis atendendo ao Volume V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do referido Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 5ª edição, motivo pelo qual elencamos as seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário, Demonstrativo de Restos a Pagar, Balanço financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O S2GPR gera e emite os relatórios das demonstrações contábeis dos Anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei 4.320/64, que correspondem aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente, por força da Resolução Nº 3.303/2006, que estabelece a obrigatoriedade por parte dos órgãos da Administração Direta de apresentarem, suas prestações de contas anuais, de forma individualizada.

03. Resumo das Principais Práticas Contábeis

03.01. Execução Orçamentária

Na contabilização da execução orçamentária foram utilizados os regimes de competência para as receitas e para as despesas, em conformidade com o Art. 35, da Lei nº 4.320/64, e o inciso II do Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000. Os valores relativos ao reconhecimento e a mensuração dos créditos tributários a receber no exercício seguinte relativos a 2013 foram registrados no Subgrupo de “Créditos a Curto Prazo”.

03.02. Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas

A Padronização dos registros contábeis das entidades das esferas de governo, envolvendo a administração direta e indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

03.03. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A partir do exercício de 2012, houve mudança de critério ficando as receitas informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções: restituições, retificações, deduções para o FUNDEB (Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001). As repartições de receita entre os Entes da Federação continuam como despesas não sendo registradas como dedução.

Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública foram destacados, nas receitas de operações de crédito e, nesse mesmo nível de agregação, nas despesas com amortização da dívida de refinanciamento.

03.04. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

A partir de 2012, houve mudança de estrutura desta demonstração, contemplando os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recurso (destinação vinculada ou destinação ordinária). O detalhamento das vinculações foi feito de acordo com as características específicas do Estado. Seguem as seguintes definições:

- **Destinação Ordinária** - É o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

- **Destinação Vinculada** - É o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

03.05. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A estrutura desta demonstração, contempla os termos que evidenciam a classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, além do grupo de contas do patrimônio líquido.

Foram adotados novos critérios contábeis para evidenciação dos incentivos fiscais do Estado do Ceará, conforme programa do Fundo de Desenvolvimento industrial do Ceará - FDI, registrando os créditos a receber no grupo do Circulante de Curto Prazo e os de longo prazo não Circulante, com as devidas deduções dos prováveis valores de fundo perdido, conforme as normas legais e contratuais inerentes ao FDI.

O critério quanto aos valores da dívida ativa, cujo estoque total não apresenta a dedução da provisão para perda, em virtude da Procuradoria Geral do Estado - PGE não ter ainda definido parâmetro e pela inexistência de um Sistema com métodos eficientes que realizem levantamento dos dados, conforme informação do Ofício nº 54/2014 - PGE - CE.

Em 2013, o Estado ainda não apresenta seus investimentos, imobilizados, com a respectiva conta redutora ao seu valor recuperável e nem com as reduções relativas a depreciações, exaustão e amortização acumulada pela não conclusão do Sistema Patrimonial.

03.06. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo a Lei nº 4.320/64, art. 104, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A estrutura desta demonstração, contempla os termos que evidenciam as alterações verificadas no patrimônio. São as variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e estão divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. Em ambos os casos, a nova estrutura evidencia os novos grupos de contas.

04. Publicação de Dispositivos Legais

Foram editados os seguintes dispositivos legais, na esfera estadual e na federal, no decorrer do exercício:

- Portaria STN nº 231, de 29 de março de 2012, altera o prazo de divulgação do cronograma de ações para adequação aos procedimentos contábeis apresentados na Portaria STN nº 828/2011.

- Portaria nº 53, de 16 de janeiro de 2013, estabelece diretrizes para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e fixa prazos para o registro e homologação de informações, em observância ao art. 39 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e ao Capítulo I do Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

- Lei Estadual nº 15.321, de 04 de março de 2013 (DOE 08.03.13), altera dispositivos da Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, e alterações subsequentes, cria o Centro de Educação a Distância do Estado do Ceará - CED, e dá outras providências.

- Lei Estadual nº 15.340, de 23 de abril de 2013 (DOE 29.04.13), altera dispositivos da Lei nº 15.203, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013.

- Decreto nº 31.215, de 22 de maio de 2013 (DOE 23.05.13), regulamenta a Lei nº 15.265, de 28 de dezembro de 2012, que acrescentou o parágrafo 2º ao art. 46 da Lei nº 11.714, de 25 de julho de 1990.

- Lei Estadual nº 15.360, de 04 de junho de 2013 (DOE 10.06.13), altera dispositivos da Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo.

- Lei Estadual nº 15.356, de 04 de junho de 2013 (DOE 12.06.13), altera dispositivos da Lei nº 12.781, de 30 de dezembro de 1997, que institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, dispõe sobre a qualificação destas entidades.



- Lei Estadual nº 15.361, de 04 de junho de 2013 (DOE 13.06.13), autoriza a transferência de recursos para execução de Programas em Parceira com Pessoas Jurídicas do setor privado ou pessoas físicas.

- Lei Estadual nº 15.383, de 25 de julho de 2013 (DOE 31.07.13), altera dispositivos da Lei nº 10.367, de 7 de dezembro de 1979, que cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará - FDI; da Lei nº 12.670, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe acerca do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS; e da Lei nº 14.237, de 10 de novembro de 2008, que dispõe sobre o Regime de Substituição Tributária nas Operações Praticadas pelos Contribuintes Atacadistas e Varejistas.

- Lei Estadual nº 15.384, de 25 de julho de 2013 (DOE 31.07.13), dispõe sobre a anistia de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e com o Imposto de Transmissão *Causa Mortis e Doações* - ITCD, inscritos ou não em Dívida Ativa do Estado, na forma que especifica.

- Lei Estadual nº 15.384, de 25 de julho de 2013, que no art. 15º altera o art. 3º da Lei 15.155, de 09 de maio de 2012, com a reabertura do prazo de adesão à Lei nº 14.505, de 18 de novembro de 2009, no que dispõe sobre a renegociação das dívidas decorrentes de empréstimos concedidos pelo extinto Banco do Estado do Ceará S/A - BEC.

- Lei Complementar nº 123, de 16 de setembro de 2013 (DOE 19.09.13), dispõe sobre o equacionamento do déficit atuarial do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará - SUPSEC, e institui o Regime de Previdência Complementar do Estado do Ceará.

- Lei Complementar nº 126, de 18 de outubro de 2013 (DOE 23.10.13), acrescenta o § 5º do art. 1º da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003 que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP.

- Lei Estadual nº 15.454, de 25 de outubro de 2013 (DOE 29.10.13), altera dispositivos da Lei nº 13.480, de 26 de maio de 2004, que dispõe sobre a Transferência de Parcela dos Depósitos Judiciais, em recursos monetários, da conta única de depósitos judiciais do poder judiciário para a conta única do Tesouro Estadual, sobre a gestão desses recursos.

- Lei Complementar nº 127, de 06 de novembro de 2013 (DOE 12.11.13), altera dispositivos da Lei Complementar nº 119, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre regras para a transferência de recursos pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres.

- Lei Complementar nº 129, de 22 de novembro de 2013 (DOE 28.11.13), dispõe sobre o Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará - FIT.

- Portaria SEFAZ-CE nº 518, de 26 de julho de 2013 (DOE 06.08.2013), que altera a Portaria SEFAZ-CE nº 981/12 e modifica o cronograma de ações a serem adotadas para implantação integral das normas de contabilidade aplicadas ao setor público, conforme a portaria STN nº 406/2011, alterada pelas portarias STN nº 828/2011 e 231/2012.

05. Outras Informações de Esclarecimentos

Tratando-se de controle do patrimônio do Estado, a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, órgão responsável pela gestão patrimonial do Estado, utiliza o Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI, que tem a finalidade de efetuar um controle corporativo de todos os bens imóveis de uso do Estado, de sua propriedade ou locados, e o Sistema de Gestão de Frota - SIGEF, que está sendo customizado com novas funcionalidades em um escopo mais amplo, abrangendo aspectos inerentes ao controle de uso e controle de custos de aquisição, operação e manutenção da frota.

Os demonstrativos que abrangem “**execução orçamentária**” serão apresentados de três formas: a) execução Orçamentária da Administração Direta; b) execução Orçamentária da Administração Indireta; e c) execução Orçamentária Consolidada das duas administrações.

O Capítulo IV demonstra a consolidação dos Balanços Gerais da Administração Direta com a Indireta sob os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial, abrangendo toda Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes. Estas últimas apresentam as demonstrações orçamentárias que foram executadas no S2GPR, obedecendo também à Lei nº 6.404/76.

Em conformidade com a Lei Federal nº 11.079/2004 e suas alterações realizadas pela Medida Provisória 575, de 07 de agosto de 2012, convertida, em 30 de dezembro de 2012, na Lei 12.766/12 e Portarias da STN aplicadas ao Setor Público, em consonância ainda com a Lei Estadual nº 14.391 de 7 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 9 de julho de 2009, alterada pela Lei Estadual nº 15.277 de 28 de dezembro de 2012, publicada no DOE em 31 de dezembro de 2012, o governo estadual mantém 12 (doze) projetos em andamento sob a modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) em seu Programa Estadual de PPP. Destes, há dois projetos contratados, em execução e dez em fase de licitação e estudos.

O primeiro contrato de PPP do Estado do Ceará na modalidade de concessão administrativa foi firmado em 26 de novembro de 2010 com a Sociedade de Propósito Específico (SPE) ARENA CASTELÃO OPERADORA DE ESTÁDIO S.A., composta pelas empresas Galvão Engenharia S/A, Serveng Civilsan S/A e BWA Tecnologia De Informação Ltda. O contrato tem como objeto a (i) construção do edifício central, (ii) construção, operação e manutenção do estacionamento, em cada uma de suas etapas, e (iii) construção e manutenção da Secretaria do Esporte, seu extrato foi publicado no DOE em 7 de dezembro de 2010. Em 2011, foram concluídas a ETAPA 1, referente à operação da Secretaria do Esporte e Estacionamento Coberto 1; a ETAPA 2, referente à operação do Estacionamento Coberto 2, conforme estabelecido no contrato. Em 2012, foi entregue a ETAPA 3, contemplando Edifício Central e iniciada ETAPA 4 - Conclusão, disponibilização e início da operação da totalidade do Estádio, cuja finalização ocorreu em fevereiro de 2013, quando foi iniciada a operação total da arena. A Arena Castelão foi o primeiro estádio a ficar pronto no país para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

O segundo contrato de PPP do Estado do Ceará, também na modalidade de concessão administrativa, foi firmado em 1º de novembro de 2013 com a SPE CEARÁ SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO S/A, composta pelas empresas Construtora Marquise S.A. e o Shopping do Cidadão Serviços e Informática S.A. O contrato tem como objeto a concessão administrativa dos SERVIÇOS VAPT VUPT, destinados a construção, implantação, operação, manutenção e gestão de 5 (cinco) UNIDADES, sendo 3 (três) unidades localizadas no Município de Fortaleza - Unidades Centro, Messejana e Antonio Bezerra, 1 (uma) localizada no Município de Juazeiro do Norte e 1 (uma) localizada no Município de Sobral, do Programa VAPT VUPT de Atendimento Integrado ao Cidadão do Governo do Estado do Ceará. Seu extrato foi publicado no DOE em 13 de novembro de 2013 e a ordem de serviço para o início da construção da primeira unidade, a de Juazeiro do Norte, foi dada em 27 de janeiro de 2014.

Em 2011 e 2012 houve abertura de vários editais de Procedimento de Manifestação de Interesse para o modelo de contratação por meio de PPP. Foram autorizados estudos para o Sistema de Co-geração de Energia à Gás Natural para o Centro de Eventos do Ceará (SEINFRA), Hospital Regional Metropolitano do Ceará (SESA), Arco Rodoviário Metropolitano (SEINFRA), Ponte Estaiada sobre o Rio Cocó (SEINFRA), Terminal Intermodal de Cargas do Porto do Pecém (SEINFRA), Trem do Cariri (Metrofor/SEINFRA), Metrô de Fortaleza: Linhas Leste, Oeste, Sul e SETUR - VLT Parangaba -Mucuripe (Metrofor/SEINFRA), Complexo de Alta Segurança do Estado do Ceará (SEJUS), Unidades Socioeducativas para Adolescentes em Conflito com a Lei (STDS) e Centro de Entretenimento e Convenções do Ceará - Praia Mansa (SETUR). Destes projetos, o Sistema de Cogeração de Energia, a Ponte Estaiada e o Hospital estão em processo licitatório, enquanto que os restantes estão ainda em fase de estudos e modelagem.

Os registros patrimoniais referentes a essa modalidade de concessão estão sendo efetuados durante o prazo de Reversão da Concessão, de acordo com a Portaria STN nº 614/2006 e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

Dos créditos oriundos de empréstimos concedidos pelo extinto Banco do Estado do Ceará - BEC, a Lei nº 14.154 de 01/07/2008, a Lei nº 14.505 de 18/11/2009, a Lei nº 15.155 de 09/05/2012 e a Lei nº 15.384 de 25/07/2013 recuperou-se, somente no ano de 2013, o valor de R\$ 5.299.838,21.

No Exercício de 2013, o Estado recebeu um valor aproximado de R\$ 3,8 milhões, referente aos juros e principal de títulos do tipo CVS, custodiados na Caixa Econômica Federal. Emitidos pela Tesouro Nacional, os CVS's representam ativos do Estado que respondem pela recuperação de créditos oriundos do extinto Fundo de Compensação e Variação Salarial - FCVS.

O Governo do Ceará, na busca pela eficiência na gestão e no equilíbrio fiscal das contas públicas, se posiciona dentro dos limites de gastos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros. Ademais, cumpriu com as determinações legais quanto aos limites mínimos a serem aplicados nos gastos com Saúde e Educação.

A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e os da Gestão Fiscal - RGF foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

06. Finanças Públicas - Estado do Ceará

No Balanço Geral estão demonstrados os resultados alcançados pelo Estado do Ceará no exercício de 2013 e se constitui na prestação de contas do sétimo ano de mandato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Cid Gomes.

Transcrevendo as palavras do governador quando do envio da mensagem à Assembleia Legislativa: “Nos últimos anos, o Governo do Estado do Ceará, com muita firmeza e perseverança, consolidou avanços e lançou novas bases para o desenvolvimento estadual. Em conjunto, preservou os princípios de gestão financeira e fiscal, que possibilitaram as diversas realizações observadas recentemente e que fazem do nosso Estado uma referência em gestão pública. A determinação de” fazer mais e melhor para todos” e de lançar os fundamentos para construção de “um novo Ceará” são marcas deste governo”.

A atuação do governo vem sendo pautada através da continuidade do crescimento econômico aliada à distribuição de riqueza e inclusão social. O desafio está em superar as desigualdades sociais e econômicas do Estado. Para a superação desse desafio, o Governo vem atuando por meio da Gestão Pública por Resultados - GPR, com foco no efetivo alcance de objetivos e resultados no âmbito das políticas públicas, condicionando para tanto toda a estrutura de planejamento, orçamento e os processos decisórios.

07. Esclarecimentos às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE

Acerca das recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE no âmbito da análise para emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2012, com repercussão no Balanço Geral do Estado para o exercício de 2013, relacionamos as recomendações e as providências tomadas conforme segue:

RECOMENDAÇÃO 02: *À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento às exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.*

No que se refere à implantação do sistema de custos, esta matéria vem sendo tratada em âmbito nacional pela Secretaria do Tesouro Nacional, como parte do escopo de implantação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Nesse contexto, em atendimento a portaria STN 406/2011, a Secretaria da Fazenda editou a Portaria nº 559/2012, publicada no DOE de 30/06/2012, alterada pelas Portarias SEFAZ-CE nº 981, de 04 de dezembro de 2012 (DOE 05.12.2012) e 518, de 26 de julho de 2013 (DOE 06.08.2013) que estabelece o cronograma de ações para implantação integral das referidas normas no âmbito do Estado do Ceará.

RECOMENDAÇÃO 04: *À Secretaria da Fazenda que contabilize integralmente as operações intraorçamentárias, observando-se a forma prevista pela Portaria Interministerial (STN/SOF) nº 338/2006 e (STN) nº 339/2001, e evidenciar as mesmas em Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário, conforme orientação contida no Manual de Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público, editado por meio da Portaria STN nº 664/2010.*

No exercício de 2013, as operações relativas às despesas de “Aplicação Direta decorrente de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social” foram contabilizadas na modalidade 91. Isto é, no momento da apropriação da obrigação ocorreu uma despesa intraorçamentária no Órgão de origem e no recebimento ocorreu uma receita intraorçamentária no Órgão de destino.

RECOMENDAÇÃO 31: *À Secretaria da Fazenda que dê cumprimento ao art. 50, inciso VI da LRF, o qual determina que a demonstração das variações patrimoniais deve dar destaque a origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.*



Recomendação atendida de acordo com os manuais da STN.

RECOMENDAÇÃO 20: *Secretaria da Fazenda que observe o disposto na Resolução CFC 1133/2008, no sentido de que as contas semelhantes podem ser agrupadas e os pequenos saldos podem ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 10% (dez por cento) do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedadas a compensação de saldos e a utilização de designações genéricas.*

Recomendação atendida nas demonstrações contábeis do exercício de 2013.

RECOMENDAÇÃO 66: *À Secretaria da Fazenda que elabore o Balanço Orçamentário da Lei nº 4.320/64, bem como os Demonstrativos da LRF (Anexo I e Anexo II do RREO) de modo que a previsão inicial da receita e a fixação da despesa estejam de acordo os valores previstos na Lei Orçamentária Anual.*

Recomendação atendida nas demonstrações contábeis do exercício de 2013.

RECOMENDAÇÃO 68: *À Secretaria da Fazenda que evidencie, nas Variações Qualitativas da Demonstração das Variações Patrimoniais, a movimentação relativos aos empréstimos concedidos por meio do programa FDI.*

Recomendação atendida nas demonstrações contábeis do exercício de 2013.

RECOMENDAÇÃO 71: *À Secretaria da Fazenda que no Balanço Patrimonial posicione como de curto prazo os créditos da Dívida Ativa cuja arrecadação para o exercício subsequente esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. E, ainda, que em conformidade com as Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, posicione o saldo da Dívida Ativa separadamente dos Créditos de Longo Prazo, ou, no mínimo, explicitando-o como componente deste Grupo de Contas de forma a permitir a identificação da conta analítica e seu respectivo valor no Balanço Patrimonial.*

Recomendação atendida nas demonstrações contábeis do exercício de 2013.